

**NIEP  
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

# Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>Análise crítica do processo de agregação de valores</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Mylene Nogueira Teixeira</b>	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro	UENF	Professor Associado IV
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>Na análise de formas está implícita a metodologia de análise crítica do processo de agregação de valores. Segundo Sabah Alnasser (2004) o processo de surgimento da mercadoria não deve ser entendido enquanto uma perspectiva histórica, senão na dinâmica do capital. Esse não tem uma forma original, uma causa, nem mesmo uma origem, com isso não tem o seu lugar no passado senão no futuro. Partindo dessa reflexão sugerida por Alnasser (2004) o capital é entendido no seu movimento, no tornar-se capital. Esse movimento consiste na desapropriação, apropriação e a comodificação da matéria extraída da natureza. Na presente proposta de apresentação de trabalho o foco se desloca para a dinâmica de relações sociais que envolvem o processo de agregação de valores e conseqüentemente as novas formas de organizações sociais e territoriais. A metodologia é apresentada, no presente texto, aplicada num trabalho empírico, onde observamos a reorganização do espaço do Sertão semiárido. O objetivo específico do presente texto é apresentar a relação sociedade e natureza como objeto de a análise da sociedade.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
O processo de agregação de valores; análise de formas; relação sociedade e natureza			
ABSTRACT			
<p>The Value Form analysis is a methodology, where Marx discusses the transformation of raw material into a commodity. According to Sabah Alnasser (2004), the process of emergence of the commodity should not be understood under a historical perspective, but rather according to the dynamics of capital. This is not an origin, a cause, or even a source and it does not have it is place in the past, but in the future. From this reflection suggested by Alnasser (2004), capital is understood in its movement, at becoming capital. This movement consists of dispossession, appropriation and lastly one becoming a commodity of material extracted from nature. In this paper, the focus shifts from the dynamics of social relations involving the process of adding value and furthermore to the new forms of social organization and territorial transformation. The methodology is presented in this paper, was applied to an empirical work. There we observed the reorganization of semi-arid space (Sertão) of Brazilian hinterlands in consequence of emergence of news values forms. The specific intention of this paper is to demonstrate the society with environment relationship of it is society.</p>			
KEYWORDS			
The value form analysis; society with environment relationship; value aggregation process			
EIXO TEMÁTICO			
A concepção de natureza em Marx			

## **Introdução:**

Christoph Görg (2004) apresenta no Dicionário Histórico Marxista um pequeno resumo do debate iniciado na década de 1980 sobre a perspectiva crítica do processo de agregação de valores. Nesse contexto o autor explana diferentes desdobramentos e consequentes campos de reflexão desenvolvidos a partir de capítulo 24 da obra *O Capital*, que se tornou uma importante atualização dos escritos de Marx, e com isso usado como método para observação das transformações sociais que envolvem o processo de Globalização.

Não pretendemos nesse pequeno texto esgotar com o tema nem mesmo apresentar todos os estudos sobre a metodologia da agregação de valores. Aqui a nossa intenção é apresentar a dimensão dessa metodologia em sua complexidade. Por isso dividimos o artigo em três partes. Na primeira parte é feita uma revisão bibliográfica sobre os estudos do processo de agregação de valores em Marx, usando como eixo orientador o artigo de Görg (2004). Em seguida abordamos a perspectiva voltada ao processo de agregação de valores e a relação sociedade e natureza. Na terceira e última parte seguimos com a apresentação de uma pesquisa no sertão semi Árido de Pernambuco, usando a metodologia de agregação de valores. Os resultados apontam o modo que se opera a reorganização de território no Sertão e como esses novos arranjos sociais se desdobram.

### **1- *Inwertsetzung* - Assentar-Valor-Em ou processo de agregação de valores**

No dicionário histórico marxista, uma publicação alemã que tem contribuído para uma atualização dos escritos de Marx, o processo de agregação de valores está no verbete *Inwertsetzung*. Literalmente esse verbete se traduz como, *Assentar-Valor-Em*. No conjunto do debate resumido por Görg (2004) agregação de valores não é pensada fazendo uma referencia a um processo histórico (ALNASSERI, 2004), senão a uma dinâmica de análise da transformação de uma coisa em mercadoria. A coisa que extraída da natureza perde seu valor de uso e ganha, socialmente, um valor de troca. Nesse caminho de transformação de uma coisa em mercadoria se insere a complexidade da metodologia de análise para um diagnóstico do tempo da sociedade contemporânea.

Marx aponta no capítulo referente à “*Chamada Valorização primária (ou original) do capital*” o processo de separação do produtor dos seus meios de produção e a transformação desse último em valor de capital. O autor intitula esse processo enquanto *original*, quando descreve o surgimento do modo de produção capitalista. Daí a interpretação corrente, que com a imposição das relações capitalistas, esse processo estaria encerrado. Com isso se supõem existir uma referencia temporal, histórica, de períodos entre o pré-capitalista e capitalista. Porém ao separarmos a noção histórica sobre o surgimento do modo de produção capitalista do processo de agregação de valores, esse último passa a ser refletido e pensado não como etapas cronológicas,

mas como movimentos dinâmicos de sociedade, que acontecem a todo o momento e em todos os lugares.

Podemos citar inúmeros exemplos, que ocorreram nas últimas décadas. Como é o caso da agregação de valores de troca, atribuída à água, aos solos férteis, aos biomas terrestres e marítimos e etc. Além disso, pensamos também na própria agregação de valores atribuída a coisas imateriais como a força de trabalho. Atualmente pensamos também na agregação de valores a força de trabalho a mulher, ou força de trabalho infantil. Um exemplo empírico é a observação desse processo, quando uma produção de subsistência é desmembrada e passa a ser uma produção de geração de renda. Além disso, existe também a agregação de valores aos conhecimentos tradicionais, quando um conhecimento é sistematizado e aplicado em produções econômicas capitalistas. No presente texto iremos apresentar, no último item, o surgimento do conhecimento sobre a agro ecologia e agro floresta.

Contudo não podemos deixar de mencionar que nessa dinâmica de sociedade também está incluído não só transformações de organizações sociais como também mudanças territoriais e sociais provocadas pelo surgimento de novas formas de mercadoria.

Christoph Görg (2004) salienta que o processo de agregação de valores é constantemente assimilado a comodificação e ou a monetarização da mercadoria, portanto são terminologias distintas. O primeiro se refere a um processo, a observação de tornar-se mercadoria, na qual segue uma subordenação de coisas dentro da lei de formas de valores e nessa uma especificação social de coisificação, dentro das respectivas peculiaridades sociais de um dado capitalismo. As referidas leis de formas e valores se referem à separação do produtor dos seus meios de produção, provocando assim uma separação de grupos sociais. Partindo dessa reflexão Marx desenvolve então seu objeto de análise da sociedade que é o conflito entre as classes sociais (luta de classes), entre os que foram desapropriados dos seus meios de sobrevivência contra aqueles que os detém. As formas surgem do resultado desses conflitos, como as formas de organizações sociais, assim como novas formas de mercadorias. Essas novas formas de mercadoria são resultados do processo de agregação de valores.

Podemos usar o exemplo da atribuição de valor a força de trabalho doméstico, que envolve a coisificação da força de trabalho da mulher. Essa força de trabalho deixa de ter, em algum momento, um valor de uso social, ou de *não coisa* e torna-se uma matéria e a ela é agregada valores de troca, quando se tornou a força de trabalho doméstico, um trabalho, cujo valor monetário é o salário. Paralelamente a isso, o trabalho da mulher envolve também uma organização social de produção, que é a familiar, portanto destituído do trabalho feminino, a forma de organização social de produção familiar de subsistência é desmembrada. Por outro lado

a força de trabalho feminino agrega valores, tornando-se assim um valor de troca, dessa mercadoria por dinheiro, por valor monetário.

Importante, no entanto, salientar que o modo de produção capitalista tem apenas em comum a exploração da força de trabalho em troca de dinheiro, a acumulação de capital e a economia de mercado com a livre concorrência. Todavia, são diferentes as formas de explorações sociais e de regulação econômica em cada sociedade. Donde se conclui que o processo de agregação de valores tem uma dinâmica própria em cada instância territorial e num dado momento, devendo haver uma constante reflexão da relação de tempo e espaço (GÖRG, 2004; ALTVATER/MANKOPF, 1996, GIDDENS 1998).

Assim o processo de agregação de valores a uma dada coisa não é simplesmente dar a essa coisa uma qualidade especial, como subestima e economia de reservas burguesa, observando uma coisa servindo somente no uso do seu valor (GÖRG, 2004). A coisa, em si, passa a ser trocada por dinheiro, porque tem agregado um dado valor. Por outro lado o cálculo de valores em formas monetárias de coisas (monetização) não é o suficiente para caracterizar a agregação de valores, pois se trata apenas de um momento desse processo (ALTVATER/MAHNKOPF 1998/2007). A monetização é apenas uma redoma de proteção, que encobre o valor subjetivo de coisas. Justamente é esse valor subjetivo que compõem o objetivo da análise crítica da agregação de valores no processo de acumulação de capital. Pois nesse valor subjetivo da coisa é que se desdobram diversas relações sociais e suas respectivas transformações (GÖRG, 2004).

Para fins de sistematização de análise Altvater e Mahnkopf (1998/2007) sugerem a observação das etapas do processo de agregação de valores, são eles: 1- Isolamento, identificação e definição da reserva produtiva da natureza. 2- O momento de conceituação do material isolado e exploração por meios científicos. 3- Legalização da exploração da reserva produtiva para fins econômicos. 4- Comodificação, o momento da produção para o mercado. 5- Monetização.

## **2- Os valores subjetivos implícitos a agregação de valores na relação de sociedade com a natureza**

Os valores subjetivos estão implícitos no modo como o homem contemporâneo se relaciona com o seu meio natural. Considerando a diversidade da sociedade e a respectiva relação com a natureza é proporcionalmente distinta, pois cada grupo social tem seu modo de relação com a natureza. Assim a transformação da relação sociedade com a natureza é observado a partir da tendência da sociedade contemporânea em dominar a natureza (BRAND/GÖRG 2003; ADORNO/HORKHEIMER 1985, MARCUSE 1968 et al.).

Nos escritos do Manifesto Comunista Marx e Engels dizem, que é a *tendência da moderna burguesia querer construir um mundo de acordo com o seu imaginário*, porém a imposição desse imaginário, implícitas nas relações de produção capitalista não está terminada, nem mesmo nas

metrópoles. Ao contrário ela está em plena construção, se apropriando de novos espaços, transformando novas formas e novos modos de exploração de reservas produtivas. Podemos observar esse processo, na construção social do paradigma de *Sustentabilidade*, onde está entrelaçada uma concepção hegemônica de globalização (GÖRG 2004). Inserido um imaginário universalista e dominante sobre uma sociedade contemporânea.

A concepção hegemônica da globalização capitalista entende a agregação de valores um aproveitamento de novos territórios e reservas produtivas, se apropriando dos espaços territoriais de uma forma sistemática de integração, sob a égide de uma “objetiva obrigatoriedade do Mercado Mundial”(ALTVATER/MANHKOPF 1998/2007). Na obra *Limites da Globalização* os autores Altvater e Mahnkopf (1998/2007), conduzem um estudo de caso na região Amazônica, observam as diversas apropriações do território no bojo da transformação das relações de produção. Conseqüentemente as relações de produção capitalistas se estendem, onde antes não existiam.

Além do espaço territorial foram observadas também outras formas de subordinação da natureza a produção econômica, como foi o caso do isolamento dos genes de plantas e animais. Essas matérias da natureza são patenteadas e ganham um valor de troca, por dinheiro (BRAND/GÖRG, 2003). Delgado Ramos (2001) chama de Biopirataria quando na expansão capitalista a gradativa mudança e destruição de modos de produção não capitalistas e monopolização das reservas disponíveis passam para as mãos de grandes complexos industriais, que atuam como transnacionais. Diante desses estudos é possível concluir que não se trata apenas de uma questão de leis e regras de exploração das reservas produtivas naturais e da divisão de lucros, senão de uma privatização e com isso a regulação de bens comuns de uma dada sociedade, que até então era pública e coletiva (RIBEIRO 2002). Nesse contexto se sucedem inúmeros conflitos que se desdobram muitas vezes em violências sanguinárias. Por isso que foram criadas condições jurídicas e políticas básicas em uma instância global. Em especial no que se refere a direitos a propriedade e patentes. Essas normas jurídicas foram a princípio impostas, e provocou, conseqüentemente, um alto grau de inviabilidade de luta pelas reservas genéticas (BRAND/GÖRG 2003).

Em seguida apresentamos o mencionado estudo de caso feito no Sertão semi Árido de Pernambuco. Através da observação do confronto de distintas relações, subjetivas, de sociedade e natureza é que observamos a reorganização social e territorial num estudo de caso feito no Sertão de Pernambuco. Nesse estudo de caso tentamos desenvolver, enquanto objeto de análise da transformação local da sociedade (TEIXEIRA, M.N. 2010).

### **3- Estudo de caso – dinâmica de re (organização) territorial do espaço no sertão semiárido de Pernambuco.**

São muitos os territórios atualmente no Brasil que estão sofrendo uma reorganização provocada pela exploração de recursos naturais. Todavia escolhemos o Sertão semiárido de Pernambuco, pois esse território é parte da produção do conhecimento sobre a fome e por isso historicamente problematizado no Brasil. Euclides da Cunha (1902) em sua obra *Os Sertões* já o descrevia enquanto um espaço com o meio ambiente hostil, de difícil sobrevivência. Josué de Castro (1946) elaborou um mapa na *Geografia da Fome*. Dividiu o Brasil em várias regiões de fome, onde o nordeste foi dividido basicamente em duas partes, do lado da costa havia uma predominância de fome endêmica, aquela que está sempre presente, e no interior a fome epidêmica, aquela que se manifestava na época das secas.

Diante dessa gama de construções sociais de problemas ambientais e de Fome da população brasileira, as relações de poder local se mobilizam para resolver o problema da Fome decorrente da seca, que na história do pensamento social brasileiro se expressa ironicamente como sendo à *indústria da seca*. Essa expressão se refere à política regional de mobilização de enorme soma de recursos públicos federais e regionais direcionados ao combate à seca (ver LINHARES (org) 1998/2000). A *indústria da seca* envolve também a consolidação do poder local, que são aqueles envolvidos com as grandes indústrias agro pecuárias do Sertão. Esse modo de atuação política é parte importante da história local e responsável pela criação de instituições e leis federais para captação de recursos federais, cujo objetivo é o combate à seca, desde época do império, tendo sido institucionalizado no início da primeira república (cf. [www.dnocs.gov.br](http://www.dnocs.gov.br)).

Ironicamente, foi justamente na região da Fome, em Recife no ano de 1999, que teve lugar a Conferência de Desertificação das Nações Unidas, quando começou a ser produzido um novo conhecimento sobre o Sertão, que passou a ser chamado em algumas regiões com o nome Geofísico de semiárido.

A partir desse momento o problema dessa região, não foi mais a seca, já que se tratando de um clima Semiárido, os períodos de seca, são inevitáveis. Além disso, a partir do entendimento dessa região, associado ao clima semiárido, que também foi incluído ao discurso político econômico o seu valioso bioma Caatinga. A Natureza do semiárido foi retratada na conferência das Nações Unidas em 1999, por vários cientistas internacionais como sendo uma enorme fonte, ainda inexplorável, de espécies animais e vegetais. Com isso guardam em si uma enorme reserva de exploração produtiva.

A Conferência de Desertificação das Nações Unidas foi organizada segundo a convenção das Nações Unidas para o combate à desertificação. Essa é Conferência de Partes 3, chamada de COP3, que está relacionada a convenção multilateral ratificada em 1994. Ela tem com objetivo impedir o alastramento de deserto. Essa é a convenção de parte do plano de ação pelo combate a desertificação já discutida na Conferência das Nações Unidas em 1977 (cf. [www.unccd.int](http://www.unccd.int)).

As forças políticas locais são aquelas tanto que estão dentro do aparelho de Estado como aquelas que estão fora dele. Fora desse aparelho de Estado nos concentramos na observação dos discursos produzidos pelas Organizações de Sociedade Civil local, que estão articuladas na chamada Articulação do semiárido (ASA). Nessa relação entre as forças políticas de fora e dentro do aparelho de Estado se esboça uma primeira instancia de conflito social que envolve a subjetividade do processo de agregação de valores, na disputa por novos recursos de exploração produtiva da natureza.

### **3.1- Entre o semiárido e os Sertões**

O termo semiárido envolve uma referência climática, que marca uma característica do ecossistema desta região, que é o índice de pluviosidade baixa, isto é, menor de 800 mm por ano. O período de chuva também se restringe a três ou quatro meses durante o ano. O resto dos meses não chove. Além disso, existe um índice de insolação grande, tendo sol quase todos os dias do ano. A temperatura varia entre 23°C e 27°C (fonte EMBRAPA - semiárido). O solo desta região é rochoso, arenoso e raso que somado ao clima da região é apontado por estudiosos uma tendência à desertificação (ver UNEP 1992).

O ecossistema dessa área tem também características particulares. Na região do Estado de Pernambuco predomina o bioma da Caatinga (conf. em United Nation Environment Programme [www.unep.org](http://www.unep.org). 1992).

A delimitação da área reconhecida cientificamente enquanto semiárido no Brasil foi feita em 1991 pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Análises Agropecuárias). Assim sendo o semiárido se estende por uma área que abrange 86,48% do Estado de Pernambuco, 11% do Estado de Minas Gerais e 2,51 % do Estado do Espírito Santo. Somando assim uma área total de 974.752 Km<sup>2</sup>. De acordo com esses estudos o índice de pluviosidade anual encontra-se abaixo de 400 mm e está restrito a uma pequena região do semiárido brasileiro. O índice de pluviosidade média da região é de 750 mm. Baseado nestes dados a **Articulação do Semiárido (ASA)** publica online

(...) é bem verdade que temos problemas de má distribuição dessa chuva no tempo e no espaço. Mas, de fato, não existe ano sem chuva. Os anos mais secos dificilmente são inferiores a 200 mm. (ver [www.asabrasil.com.br](http://www.asabrasil.com.br)).

Com este argumento a **ASA** conduz o debate de negociações políticas locais associadas aos problemas- soluções referentes a regiões semiáridas formuladas pelas Nações Unidas (UNEP).

Ao observarmos o discurso das negociações políticas entre a ASA e as Nações Unidas é possível observar uma crítica ao próprio histórico de produção do conhecimento sobre a seca no semiárido nordestino, que marcou durante 400 anos do discurso político e intelectual da região. Além disso, é acentuada a importância dos conhecimentos tradicionais que são à base de uma

exploração e sobrevivência com qualidade nesse meio ambiente. No entanto a história de organização do espaço do Sertão brasileiro é marcada pelo extermínio da população de origem, e com ela também desapareceu o conhecimento tradicional.

Contudo os novos atores políticos envolvidos na Articulação do Semiárido (ASA) passam a assimilar novos entendimentos relacionados ao índice de pluviosidade da região do semiárido em 1999. Antes a baixa pluviosidade era associada às catástrofes de seca, depois a fome passa a ter seu foco político econômico relacionado às infraestruturas inadequadas ao semiárido. Porém para uma concretização de infraestruturas específicas para essa região seria necessário um conhecimento íntimo desse meio ambiente, mas esse conhecimento tradicional foi praticamente dizimado junto com a população local que vivia originalmente na região.

O eixo do conflito do conflito pelas infra-estruturas apropriadas se desloca diretamente entre a ASA e o aparelho de Estado local, onde a sociedade civil organizada se remete a história local. A história da organização do espaço no Sertão Semiárido é marcada por uma enorme concentração fundiária e a desigualdade social na região. Esse aparelho de Estado local se legitimou ao longo de 400 anos pautado no discurso da seca. Ao longo desse período surgiu o complexo de empreendimentos voltados para soluções dos problemas da seca

### **3.1.1- Sertão e Sertões- A história da organização do espaço Sertão**

O termo Sertão reúne significantes mais abrangentes do que aquele limitado a uma perspectiva puramente espacial ou mesmo climática. Todavia entre os dois espaços produzidos socialmente enquanto Sertão e Semi-Árido existem interseções territoriais, que provocam uma reorganização de espaço. Esse movimento é possível observar na própria Declaração do Semiárido, produzido pela ASA, onde os atores sociais envolvidos com aquele ecossistema referem-se ao Sertão para fundar suas negociações políticas, sabendo-se que este território guarda sua dinâmica social própria, imbricada em sua história.

A convivência com as condições do semiárido brasileiro e em particular com as secas é possível. É o que as experiências pioneiras que lançamos há mais de dez anos permitem afirmar hoje (no Sertão de Pernambuco do Araripe, no Agreste Paraibano, no Cariri Cearense ou no Seridó Potiguar, Mossoró Rio Grande do Norte e em muitas regiões) nós aprendemos que a Caatinga e os demais ecossistemas do semiárido- sua flora, fauna, paisagens, pinturas rupestres, céus deslumbrantes formam um ambiente único no mundo e representam potenciais extremamente promissores- que homens e mulheres, adultos e jovens podem muito bem tomar seu destino em mãos, abalando as estruturas tradicionais de dominação política, hídrica e agrária; que toda família pode, sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também, com um mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, abelhas e galinhas; -Enfim, que o semiárido é perfeitamente viável quando existe vontade individual, coletiva e política nesse sentido (Declaração do Semiárido- [www.asabrasil.org](http://www.asabrasil.org)).

Sertão é considerado por muitos intelectuais brasileiros, enquanto uma categoria histórica social, que faz parte do pensamento social (AMADO, 1995; CANDIDO, 1964; FREYRE, 1977 dentre outros). O entendimento da palavra Sertão se remete ao sinônimo de interior, como descreve Luis Câmara Cascudo (1969:620) no Dicionário do Folclore Brasileiro. O autor ainda faz uma observação que as tentativas para caracterizar esse espaço têm sido mais convencionais do que reais (idem). Tentando ser mais preciso Ângelo Carrara (1997: 47-49) na sua tese de doutorado definiu o termo Sertão como região pouco povoada, passando, portanto, a questão demográfica a determinar o uso da terminologia, que originalmente era usada pelos paulistas para descrever uma área perigosa e povoada exclusivamente por índios.

Entretanto Sertão é também uma referencia territorial institucionalizada, definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) enquanto uma subárea nordestina, árida e pobre, situada ao Oeste do Agreste e da Zona da Mata.

O primeiro registro de povoamento do Sertão de Pernambuco foi feito em 1578 por Diogo de Castro (Abreu, 1978; Ferraz, 2006:43). Ele penetrou por estas terras através das margens do São Francisco. Estas expedições eram fomentadas através da doação de terras de Sesmarias, que deveriam ser ocupadas dentro de um prazo de cinco anos. Como bem observa a historiadora regional Maria do Socorro Ferraz (2006) no início da colonização, a legislação incentivava a ocupação de terras doando Sesmaria.

A partir de 1699 as legislações destas ocupações passam a ser mais rigorosas sobre o prazo de aproveitamento da terra, pois elas estavam sendo ocupadas sem a regulamentação. Assim, caso as terras não fossem ocupadas e usadas economicamente dentro do prazo de cinco anos, seriam consideradas terras devolutas<sup>1</sup>.

Outro fato que incentivou um empreendimento fundiário nas terras do Sertão foi à delimitação do território, que eram feitas a partir de limites naturais, dando possibilidades para os donatários ou posseiros a estender a sua propriedade (Ferraz 2006:35). Maria do Socorro Ferraz menciona inclusive um exemplo conhecido na região, do proprietário Garcia D`Avila, que conseguiu construir um império fundiário para criação de gado, graças a posse de terras vizinhas a sua propriedade.

Além disso, o povoamento e a exploração do Sertão foi o comércio feito através do rio São Francisco e Moxotó, por onde passavam constantemente grupos de viajantes transportando

---

<sup>1</sup> Maria do Socorro Ferraz fundamenta esta informação em um documento transcrito por ela, que consta: „Sesmaria de três léguas de terra de cumprimento e uma de largo no riacho de Moxotó doada a Alexandre da Silva Carvalho e seus herdeiros morador no sertão de Ararobá nas cabiceiras do Moxotó vertentes do rio São Francisco pelo Capitão Mor General Luis José Correia de Sá, em 26 de Novembro de 1753, não podendo suceder a superação por tempo algum religiões salvo satisfazendo todos os encargos, e sendo obrigado a pagar o foro anual de 4\$ a povoar a dita terra no prazo de cinco anos sob pena de lhe ser declarada devoluta e a dar caminhos livres (livro de Foros, n. 3 f. 3, p. 51 em Ferraz, 2006:35).

mercadorias ou simplesmente se deslocando do litoral para o interior e do interior para o litoral (cp. Ferraz, 2006:36).

Assim o Sertão foi sendo ocupado também através de expedições exploradoras que no decorrer da sua marcha e, sobretudo quando se instalavam e desbravavam suas terras impunham uma verdadeira guerra contra os nativos que ali viviam. Ferraz (2006) se refere a outro documento da época do império enviado da então província do Piauí. Neste documento pode se observar as bases que fundamentaram as relações da sociedade nesta região. Este documento é uma carta enviada do então governador da Capitania do Piauí, João Pereira Caldas, dirigida ao ministro de Ultramar, em 9 de Outubro de 1766

O costume aqui nesses sertões é que brancos, mulatos e pretos têm a mesma estima e se tratam com recíproca igualdade e, quando ocorre o contrário, as vidas aqui correm perigo (Ferraz 2006 p. 41).

Ferraz (2006) chama a atenção para este documento para argumentar um fato que lhe parece já bastante conhecido, isto é, que os índios não são mencionados enquanto grupo social local. Esta observação acrescenta a autora, vale para o Sertão de Pernambuco. A autora segue apontando que a tolerância entre os grupos sociais étnicos nesta região era associada a uma aliança, que facilitasse e concordasse com o extermínio indígena, ou na melhor das hipóteses os afastassem de suas terras férteis (Ferraz, 2006 p: 45). Interessante seria salientar aqui, que exterminando a população nativa os novos habitantes do lugar não assimilaram os conhecimentos seculares sobre o meio ambiente que estavam ocupando, os quais nativos da região certamente dominavam.

### **3.1.2 As relações sociais de produção exploração dos recursos naturais**

No conjunto da historiografia local fica claro que a organização social do território sertanejo se fundou na agropecuária extensiva. A agricultura do milho, do feijão e outros plantios eram feitos exclusivamente para subsistência da fazenda. As fazendas eram unidades produtivas auto-suficientes (Ferraz, 2006:49). Estes territórios enormes tomados por poucas famílias passam a ter um valor não só de meio de produção como um valor social, pois no mercado fundiário do século XVIII e XIX estas terras e nenhuma outra terra tinham o valor de troca elevado (Ferraz, 2006).

Dentro deste quadro as relações de produção se fundam nas relações familiares, pois diferente da região da Zona da Mata, canavieira, o trabalho escravo no Sertão não era requisitado, pois as principais atividades de produção eram a Agropecuária. Assim desenvolveu-se nesta região uma relação de produção e de sociedade própria, baseada nas relações familiares de parentesco e agregados. Estas relações de trabalho eram livres, entretanto não-assalariado.

(Fragoso, 2000, p.175). Este tipo de relação de trabalho também foi implantado em outras regiões brasileiras, como por exemplo, a região Centro- Oeste (Fragoso, 2000, p.175).

### **3.1.3 Conflitos sanguinários que marcam a institucionalização da república na instancia local.**

O Sertão é um mundo<sup>2</sup>! O surgimento deste mundo se funda a partir do século XVII através das chamadas *Guerras Justas*. Estes conflitos sanguinários eram assim denominados nos documentos da época para se referir ao massacre dos nativos pelos europeus e seus aliados (Carneiro da Cunha/Salzano, 1992, Ferraz, 2006; Abreu, 1930, p. 53, entre outros.). Assim as conquistas territoriais foram conduzidas associadas à ocupação deste território pelos portugueses, espanhóis e holandeses. O objetivo destes extermínios também era fundar comunidades que se organizavam em grupos familiares para tomar uma parte do território. Eles se instalavam e fundavam unidades produtivas em forma de fazendas (cf. Ferraz 2006).

A região Sertaneja começa a ganhar maior relevância depois do surgimento do Estado Nação Brasil, em 1889. Quando as ocupações de territórios tornaram-se ainda mais violentas e marcaram a chegada de outros atores sociais na região. Estes fatos são relatados em grandes obras literárias e documentos da época. Através do estudo da obra premiada de Euclides da Cunha (1902), *Os Sertões*, é possível observar que a idéia que motivou o massacre da comunidade de canudos, sob a ótica daquele que tomou parte do genocídio desta comunidade. Esta obra literária oferece assim um documento valioso para o entendimento do pensamento ideológico que marcou a história da organização do espaço da região sertaneja. Importante ressaltar que essas idéias vinham junto com seus missionários e os grandes fazendeiros que migraram de toda parte do Brasil para essa região. A milícia que derrotou a população de Canudos era do Rio de Janeiro. Um famoso participante dessa milícia foi aqui já mencionado Euclides da Cunha nascido em 1866 do Estado do Rio, mas precisamente do município de Cantagalo.

Desta vez a “*Guerra Justa*” não era somente contra os nativos da Região, senão contra aqueles que se organizaram fora e independente das unidades de fazendas. Estes conflitos sanguinários eram conduzidos pelas forças armadas contra essas comunidades, que eram economicamente menos favorecidos. Entretanto os massacres eram feitos impulsionados pela mesma ideologia que motivaram as *Guerras Justas*.

O Brasil, Estado Nação, republicano se consolida pautado em seu motor positivista, entrelaçado em uma complexa ideologia racista evolucionista. A república passou a ser reconhecido socialmente, e, sobretudo entendido pelas bandas sertanejas, quase uma década

---

<sup>2</sup> Menção feita por Rosineide Cordeiro (2004:63) se referindo a uma adaptação de uma peça de teatro do conto de Guimarães Rosa, *A Terceira Margem do Rio*.

depois de ter sido instaurado na capital do país, que na época era o Rio de Janeiro. Este processo de construção social do Brasil república também é atribuído, por alguns autores, a estes conflitos sanguinários conduzidos pelas forças armadas nacionais e estaduais (Queiroz, M. I. P. 2003). Isto significa que os donatários destas grandes unidades produtivas de fazendas podem ser identificados enquanto sendo a força política local, que se constituíram enquanto o Estado local. Assim o surgimento do Estado Nacional e a implantação do mesmo a nível local não mudam a dinâmica já instaurada das organizações de sociedade. Nestas organizações de sociedade local estava implícita uma ideologia racista peculiar envolvendo um positivismo evolucionista de entendimento sobre a raça humana. Baseada nesses dados históricos podemos concluir que a re-organização social do Sertão semiárido foi marcado por uma nova concepção do meio ambiente, a crítica ao discurso político pautado no problema da seca e organização política do poder local.

### **3.1.3- Re-organização social do espaço: O semiárido com e sem tecnologia de irrigação**

Com referência a avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da área do Semiárido brasileiro a *Fome* continua sendo um significativo presente dessa região. De acordo com a metodologia usada para os estudos de avaliação do IDH a área que dispõe de tecnologia de irrigação apresenta um maior IDH (UNDP Report - 1960-2002). Com bases nestes cálculos foram avaliadas a partir do setor de prestação de serviços da população assalariada, no setor de comércio- e setor agrário. A partir destes dados constata-se uma grande circulação de capital nesta região, a qual é calculada a partir da divisão total entre o total da população. Esse cálculo resulta em um maior padrão de vida nesta região (cp. Batista Filho 2005). Batista Filho usa na sua análise a relação político econômica para estudar a carência alimentar da população, dando continuidade aos métodos usados por Josué de Castro (1967).

Em seu estudo sobre o Semi-Árido Nordeste Batista Filho traça uma divisão espacial dessa região onde existe uma prevalência de insegurança alimentar. Seus métodos baseiam-se na diversidade de produção de alimentos dessa região associado à circulação de capital. Tendo que a circulação de capital acarretaria uma maior infra-estrutura na região proporcionando um maior acesso as crianças a escola e aos serviços de saúde (idem, 2005).

Conseqüentemente, de acordo com os métodos para o cálculo do IDH a insegurança alimentar é a área de sequeiro, onde a agricultura de irrigação não foi implantada e existe um baixo índice de circulação de capital. Nesse território predomina a agricultura familiar e em parte de subsistência, com técnicas agrícolas tradicionais, isto é agricultura de sequeiro, como é denominada. Nessa área existe, segundo as pesquisas que envolvem o IDH, uma monotonia alimentar na época da seca. Na época das chuvas a produção de alimentos não seria o suficiente para o ano inteiro.

Além disso, a circulação de capital nessa área é baixa, pois as atividades econômicas são

restritas. Ao contrário, no espaço onde existe a tecnologia de irrigação, segundo pesquisas de Batista Filho (2005), existe conseqüentemente uma menor prevalência de insegurança alimentar e nutricional, pois o volume de produção de alimentos é enorme e a circulação de capital proporcionalmente grande. Um balanço econômico positivo da região envolve uma maior infra – estrutura, tanto rural quanto urbana, viabilizando o acesso da população aos serviços de saúde e educação, o que proporcionalmente elevaria o índice do desenvolvimento humano (IDH) nesse território.

### **3.1.3.1 A área do semiárido com tecnologia de irrigação**

Nos estudos desenvolvidos por Batista Filho (2005) permanece fora do foco de análise à avaliação sobre as relações precárias de trabalho que predominam nesta região (GAMA DA SILVA 2001; CAVALCANTI, J.S.1997; BLOCH, 1996 entre outros). Nestas relações assalariadas, sobretudo nas empresas agrícolas, trabalham mulheres e crianças (Entrevista Pastoral da Terra em Juazeiro Agosto 2006).

Na região do Vale de São Francisco entre os estados de Pernambuco e Bahia os produtores agrícolas não são obrigatoriamente os famosos latifundiários da região, senão também indústrias agrícolas estrangeiras. Esta última domina toda a corrente de produção que vai desde os cultivos agrícolas até a comercialização dos produtos nas grandes redes de supermercados (GAMA DA SILVA, 2001:53). Eles são os famosos distribuidores internacionais de alimentos que também possuem supermercados em todo o mundo. Estas redes empresariais dominam toda a gama dos meios de produção: Terras e conhecimentos de técnicas agrícolas apropriadas ao meio ambiente, assim como a força de trabalho disponível na região. O objetivo comum destas empresas é cobrir a demanda de alimento de alta qualidade da classe média e alta das grandes cidades.

A demanda do mercado por alimento de alta qualidade foi atizada associando-se também ao debate sobre alimentos manipulados geneticamente, assim como no uso abusivo de agrotóxico na produção agrícola. Conseqüentemente desenvolve-se na sociedade a consciência ecológica associada a um critério de consumo. Estes critérios passaram a ser um diferencial importante para os produtores de alimento, que têm como objetivo satisfazer a demanda da classe média e alta na procura por alimentos livres de poluentes prejudiciais a saúde.

Assim surge e dissemina-se a nova forma de produção agro-pecuária de alimentos *orgânicos*, que remete sua produção a técnicas agrícolas tradicionais, cuja produção visa atender a demanda da economia de mercado. Esta nova mercadoria, que aqui, para fins de análise denomino de *Bio- commodities* não devem ser associadas enquanto um produto vindo de um modo de produção socialmente e economicamente mais sustentável que a anterior, senão baseia-se na mesma relação de exploração de trabalho e do meio ambiente. Estas indústrias agro-

pecuárias produzem alimentos orgânicos e não orgânicos. Entretanto associam sempre sua produção com padrão de qualidade para a exportação de commodities. Esse padrão de qualidade passa a se orientar a produção agrícola brasileira, para manter sua competitividade no mercado de exportação (CAVALVANTI, GAMA DA SILVA, MOTA 2006, p: 79). Para dar um exemplo desse tipo de empresa apresento em seguida o Carrefour Corporation.

O Carrefour Corporation direciona sua produção para atender a demanda de frutas frescas produzidas sem o uso de pesticidas (cf. Gama da Silva, 2001: 20). Para isso a empresa se apropriou de novas técnicas agrícolas que nada mais são que conhecimentos tradicionais. Eles passam a se chamar, quando sistematizados por técnicos agrícolas, enquanto a agro ecologia e agro floresta. A primeira reúne técnicas de cultivos agrícolas tradicionais, associando cultivares para equilibrar o ecossistema da plantação, assim mantendo o solo sempre rico em minerais, evitando o ataque de pragas. A agro ecologia também é consorciada com a criação de pequenos animais, como bodes, cabras e aves, assim os animais sempre se alimentam dos excedentes de produção agrária. A agro floresta também é um conjunto de técnica que visa não só a plantação e criação de animais, mas também a recuperação de solos.

A empresa, que aplica em parte de sua produção técnicas da agro ecologia e da agro floresta, exporta 80% de sua produção e comercializa apenas 20%, nos supermercados localizados em diferentes centros urbanos do país (idem: 30).

Sob uma ótica positivista de política de desenvolvimento este tipo de empresa oferece uma chance para o desenvolvimento da região economicamente desprivilegiada do semiárido. Estas empresas proporcionam o aumento da oferta de trabalho assalariado, o que fomenta o surgimento de uma classe assalariada no campo. Além disso, esse argumento baseia-se na nova consciência ecológica de produção agrícola, que se apóia na idéia de continuar a produção em larga escala, sem prejudicar o meio ambiente (GAMA DA SILVA 2001).

Associando estes dois aspectos a esse tipo de empresa agrícola, é possível delinear um modelo para o desenvolvimento sustentável daquela região. Além dos Bio-Commodities, a empresa ecológica desenvolve uma nova técnica de produção. Estas são associadas às novas tecnologias de irrigação, que são apropriadas para aquele espaço físico.

Outro aspecto a ser considerado é o surgimento de novas mercadorias, que nascem da produção de alimentos orgânicos, como as sementes. Estas sementes são cultivadas junto à produção agro ecológicas. A agro ecologia, assim como a agro floresta, que nada mais são do que um conjunto de técnicas de produção agrícola baseada nos conhecimentos tradicionais. Esses conhecimentos são colhidos através do trabalho das instituições de prestação de assistência técnica, e devidamente repassados em publicações. As técnicas tradicionais agropecuárias têm sido também levadas para os institutos de pesquisa a nível regional, nacional e internacional e

tem sido desenvolvida amplamente por pesquisadores em diferentes áreas de conhecimento.

O processo acima descrito reflete então a estratégia de desenvolvimento local baseado na apropriação do conhecimento tradicional e o isolamento do mesmo. As técnicas isoladas, identificadas e devidamente sistematizadas agregam valores, que são devidamente aplicados e repassados nos pólos agroindustriais dessa região.

Entretanto, ainda tentando entender a expansão das modernas ecológicas - agroindústrias do semi-Árido, é importante ressaltar que dados empíricos demonstram que estas empresas geram menos emprego no campo do que as anteriores (GAMA DA SILVA 2001)

A absorção de menos mão de obra na fruticultura se deve a novas tecnologias utilizadas. De acordo com os dados da Codevasf<sup>3</sup>, em 1999, dos 32, 3 mil hectares cultivados com frutas na região do sub-médio São Francisco, 11,7 mil hectares estão sendo irrigados pelos métodos de micro aspersão e gotejamento. Esse número corresponde a 36,3% da área com fruticultura, onde é aplicada a irrigação localizada (Gama da Silva 2001 p. 224). Através destas novas técnicas a produção de frutas aumentou. Desde então elas tem sido exportadas, entretanto os postos de trabalho diminuíram proporcionalmente, pois o trabalhador agrícola só é empregado para determinados momentos de produção. Assim não existe uma continuidade do envolvimento da relação assalariada de trabalho, fazendo com que a região, onde circula um enorme volume de capital, aumente proporcionalmente o índice de insegurança social. Entretanto, exatamente ao contrário é o resultado IDH desta região (ver acima).

Através desses dados acima, podemos entender que nos campos de produção irrigada, onde se expandiu uma agroindústria de produção intensiva para exportação e para o mercado interno, houve uma enorme capitalização do Setor agrícola. Todavia essa enorme circulação de capital não gerou o desenvolvimento sustentável esperado, senão uma maior concentração de renda. Além disso, houve o processo de agregação de valores nessas áreas produtivas gerando uma enorme competição pelo mercado. Contudo podemos notar que as condições de exploração da mão de obra assalariada tornaram-se ainda mais precárias. Isto é, os empregos são temporários, com poucos encargos sociais e salários achatados.

### **3.1.3.2 – Relações de produção e uso dos recursos naturais no semiárido com tecnologia de irrigação**

Os produtores dessa região são oriundos do nordeste, de outras regiões do país ou mesmo estrangeiros. Alguns são exclusivamente empresários, outros são produtores ou comerciantes. Entretanto é importante ressaltar que esses produtores, comerciantes e empresários estão associados em cooperativas, o que facilita a institucionalização dos negócios de um modo geral, ou seja: imposição de uma política de preços para comercialização do produto, e, sobretudo

---

<sup>3</sup> CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale de São Francisco

estabelece-se a partir destas cooperativas uma rede de cooperação que visa fomentar a agroindústria e o agronegócio local.

A mão de obra empregada no cultivo de frutas frescas no Vale de São Francisco é oriunda da região e de municípios circunvizinhos. Esses trabalhadores são, em sua maioria, assalariados temporários e dependem dessa remuneração para sua sobrevivência e de sua família. (dados retirados do artigo de Cavalcanti, Mota e Gama da Silva 2006, p.91).

Com base nas informações do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Petrolina, em 2006, se estima que 60 mil pessoas trabalhem na produção de frutas frescas nessa região. Destes apenas 25 mil são trabalhadores permanentes e 35 mil são temporários. Do total de trabalhadores apenas 50% deles tem a carteira assinada e apenas 10% são sindicalizados (idem).

### **3.1.3.3- O semiárido sem tecnologia de irrigação**

No espaço territorial sem tecnologia de irrigação é considerado de acordo com os cálculos do IDH enquanto baixo, pois a circulação de capital é baixa e o índice de analfabetismo é alto. Nesta área encontram-se a maioria dos pequenos agricultores da agricultura familiar e, sobretudo da agricultura da produção de subsistência. Conseqüentemente concentram-se nesta área os programas de desenvolvimento, onde predomina a produção de *sequeiro*. Esta expressão se remete ao fato da inexistência de técnicas de irrigação e em parte se usam técnicas de plantios tradicionais<sup>4</sup>.

O objetivo principal deste programa de desenvolvimento é aumentar o poder de compra destas famílias. Assim o programa consiste em distribuir um mínimo de infra-estrutura e incentiva uma assistência técnica compatível com a produção destas famílias. Entretanto o mínimo de infra-estrutura que se tenta implantar nesta área é muito pouca, diante do fato, que não existe infra-estrutura nenhuma. Além disso, a assistência técnica se concentra nas famílias que já tem conhecimento de técnicas agrícolas, pois os programas se sustentam praticamente com a divulgação das técnicas utilizadas por elas através de publicações. Estas publicações são feitas pelo conjunto de organizações que compõem a assistência técnica rural nesta região, que abrange programas, instituições e, sobretudo muitas ONGs. A antiga assistência técnica pública foi redimensionada a partir de 2003, pois até então ela era praticamente inexistente. (Entrevista – Técnico Agrícola- Sertão Central Julho 2006).

---

<sup>4</sup> Seria importante aqui novamente salientar que as técnicas tradicionais de plantios no Sertão é uma relíquia relativamente rara nesta região, devido a sua história (ver itens anteriores desse capítulo). O que encontramos são algumas famílias, que por herança ou mesmo que devido a sua longa experiência de agricultura nesta região desenvolveram algumas técnicas de cultivos mais apropriadas ao meio ambiente do que outras.

No período de surgimento da ASA as ONGs, Sindicatos e Associações assumiram não só o trabalho político como também o de assistência técnica rural, pois é através deste trabalho que eles poderiam traçar suas bases políticas (ver acima *Declaração do Semiárido*).

O programa um milhão de cisternas (P1MC) consiste na construção deste número de cisternas no Semiárido brasileiro em um período de cinco anos. Estas cisternas devem ser construídas nos onze territórios que envolvem o Semiárido brasileiro. Este é o programa mais importante coordenado pela ASA, pois reúne um montante de verbas do governo federal, da cooperação internacional para o desenvolvimento além de existir uma campanha para doação de verbas na própria página da internet da **ASA**.

Segundo a ASA foram construídas até o dia 10 de Dezembro de 2009, 287. 439 cisternas ([www.asabrasil.org.br](http://www.asabrasil.org.br)). Essas cisternas são construídas com material de baixo custo e com a tecnologia simples de captação da água de chuvas. (Entrevista- Técnico Agrícola de ONG, Sertão Central, Julho de 2006).

Além disso, é importante ressaltar que os recursos dos programas de desenvolvimento não são arrecadados através de uma simples solicitação, senão através de um concurso, feito pelas agencias que oferecem os recursos, junto aquelas que pretendem obter-lo. Assim a continuidade de um programa depende dos resultados da aplicação dos recursos do programa anterior. Com isto para manter a existência de uma ONG é necessário dedicar grande parte do seu trabalho a arrecadação de recursos e ao relatório de resultados. (Entrevista com membro do Programa de Desenvolvimento Dom Helder Câmara).

Diante desse quadro de condições se estabeleceu uma concorrência entre as instituições e organizações que trabalham para realização de programas de desenvolvimento, pois elas se confrontam constantemente para arrecadar e ao mesmo tempo viabilizar o trabalho e a existência da organização (entrevista - Sertão do Pageú).

Além dos critérios de distribuição de recursos existe também um conjunto de programas de desenvolvimento que se contradizem um do outro. O P1MC é um programa que realmente conseguiu atingir boa parte das famílias, entretanto, seis anos depois de tantos debates (entre 2000 e 2006), a infra-estrutura distribuída foi uma Cisterna para cada família, mesmo assim ainda não foi distribuída por toda a população. Em 2006 a **ASA** estava tentando ampliar o projeto de cisternas para arrecadação de verbas para duas Cisternas. Uma cisterna que se destinaria a água para beber e outra cisterna para água de produção. Esse projeto que ainda estava sendo reivindicado deveria ainda ser aprovado, para ser colocadas verbas a disposição.

Assim observamos que apesar das iniciativas estarem sendo progressiva, a instalação de uma infra – estrutura adequada no Sertão para as pequenas famílias é precária, e, sobretudo muito lenta. Rápida são apenas as divulgações e os planos, mas na prática elas acontecem com

bastante lentidão, pois as próprias organizações que devem realizar os planos, não são devidamente equipadas.

Também faz parte do plano de desenvolvimento do semiárido a distribuição de alimentos industrializados durante o período de estiagem. Justamente, neste período os agricultores precisariam de sementes. Os grupos sociais com menos infra-estrutura da região, isto é, a maioria da população, não tem onde armazenar sementes, pois eles não possuem silos, nem algo semelhante. A construção de silos, que faz parte da distribuição do conhecimento, da assistência técnica é também lenta e precária. Assim a maioria da população continua sem infraestrutura, o que mudou foi apenas o discurso e os atores políticos.

#### **3.1.3.4- Relações de sociedade com a natureza no semiárido sem tecnologia de irrigação**

As relações de produção nessa área do semiárido no setor agrícola é predominantemente uma relação não assalariada de produção, em um modo de produção familiar e de subsistência. A escassez de infra-estrutura nessa região inviabiliza a segurança desse modo de vida. Como vimos acima esta infra-estrutura é distribuída de forma lenta, por isso ela continua sendo insuficiente, apesar de muitos projetos. Entretanto o imaginário do desenvolvimento sustentável continua sendo refletida na área irrigada do semiárido, que é reforçado pelos próprios índices de desenvolvimento humano (IDH). Esse aponta a área do semiárido onde não existe a produção irrigada enquanto a mais carente. Assim reforça nesse sentido a carência de infraestrutura para essa área do semiárido, gerando constantes demandas, que nunca são preenchidas.

Paralelamente existe, assim, uma associação das demandas locais aos interesses políticos econômicos que envolvem a economia da agricultura irrigada (ver itens acima sobre o semiárido com tecnologia de irrigação), cria-se assim um permanente pólo de conflito relacionado ao discurso da construção dos problemas e suas respectivas soluções para essa região, onde as explorações da natureza e da mão de obra se justificam.

Dentre os muitos exemplos aqui elucidados sobre novos passos do distanciamento da sociedade e a natureza, dando como exemplo a região do Semiárido Nordeste, é importante apontar aqui a obra de transposição do Rio São Francisco. Essa obra tem sido considerada por muitas pessoas da região, como uma continuação da política de *Indústria da Seca*, já que se trata de um mega projeto, com custos de 4,5 bilhões de dólares, que segundo algumas avaliações, dentre elas a do Banco Mundial, beneficiará apenas algumas agroindústria da região Semiárido<sup>5</sup>.

#### **4- Considerações finais**

Para exemplificar o uso da metodologia de agregação de valores apresentamos acima um exemplo de um trabalho empírico, onde aplicamos a metodologia de agregação de valores.

---

<sup>5</sup> <http://siteresources.worldbank.org/BRASILINPORTEXTN/Ressources>

Orientamo-nos nas etapas do processo de agregação de valores para facilitar a sistematização da pesquisa, são eles: **1- Isolamento, identificação e definição da reserva produtiva da natureza.** Nessa etapa observamos o isolamento e as novas conceituações em torno do território semiárido e o bioma Caatinga. Apresentamos essa nova conceituação contrastando com a produção do espaço do sertão, que foi marcado com uma desvalorização do território e de suas organizações sociais desagregadas. Observamos, contudo, que a água, ainda é um elemento de valorização nesse território, quando se sublinha constantemente, o problema da escassez, desse elemento nesse meio ambiente.

**2-Momento de conceituação do material isolado e exploração por meios científicos.** Quando no discurso político são produzidos conceituações de territórios e biomas caatinga. Esse discurso pode ser observado nos documentos de Declaração do Semiárido, assim como do das Nações Unidas. As explorações científicas devem se considerar não somente aquelas relacionadas à biotecnologia, mas a apropriação de sistematização dos conhecimentos tradicionais, que sistematizados passaram a ser denominados de agro ecologia e agro floresta.

**3-Legalização da exploração da reserva produtiva para fins econômicos.** Essa etapa consiste tanto no que envolve os biomas naturais, o conhecimento tradicional, como também a legitimação de obras de transposição do rio São Francisco. Em decorrência da transposição do rio São Francisco vários grupos sociais da população ribeirinha foram atingidos tornando sua produção de subsistência inviável. Além disso, devemos considerar que se o território de agricultura irrigada foi valorizado o outro, sem essa prática, foi desvalorizado, o expondo assim à novas apropriações.

**4-A etapa da comodificação se traduz enquanto o momento da produção para o mercado.** Importante pensar não apenas nas frutas frescas e sementes, assim como os genes isolados das plantas e animais, que são produzidas nos territórios de produção irrigada e intensiva, senão, no conhecimento tradicional que sistematizado também passa ser um commodity valioso. O mercado, havido por esse conhecimento é o sistema de ensino e centros de pesquisa para o desenvolvimento sustentável.

**5- Monetarização.** Nesse momento observamos a agregação do valor monetário na mercadoria, que no presente texto está no preço das terras, nos valores agregados as frutas frescas, no preço pela assistência técnica agro ecológica e agro floresta, assim como no valor da força de trabalho da mão de obra feminina e infantil.

A subjetividade que envolve todas essas etapas é observada ao longo do trabalho empírico, no confronto entre vários discursos, onde podemos observar diferentes formas de relação sociedade e natureza. O processo de apropriação de conhecimentos tradicionais e nesse contexto a reorganização de territórios e transformações de coisas em mercadoria. Assim a transformação

das relações de sociedade e natureza se transformam e por conseguinte surgem novas organizações territoriais.

O espaço político, *Sertão*, continua sendo um espaço produzido pelas relações de poder, embutidas numa relação de sociedade e natureza. A produção do território do sertão se materializou uma estrutura política que tinha como objetivo abastecer a população com víveres durante o período da seca, hoje, com a idéia da convivência da seca reproduzem as mesmas práticas entrelaçadas em políticas públicas de desenvolvimento sustentável. Observamos assim a continuação da *Indústria da Seca* legitimada, atualmente, com o discurso de uma de relação dominante de sociedade e natureza.

## 5- Lista Bibliográfica

**ALNASSERI**, Sabah Ursprüngliche Akkumulation, Artikulation und Regulation. Aspekte einer globalen Theorie der Regulation. In: Fit für den Postfordismus? Brand, Ulrich & Raza, Werner (Hrsg.) 2003

**ALTVATER**, Elmar und **Mahnkopf**, Birgit, 1996. Grenzen der Globalisierung. Ökonomie, Ökologie und Politik in der Weltgesellschaft, Münster

**AMADO**, Janaina, 1995, Região, Sertão, Nação. In: Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol.8 n. 15 pág:145-151.

**BATISTA FILHO**, Malaquias, 2005, Sustentabilidade Alimentar do Semi-Árido Brasileiro. Série de Publicações Científicas do Instituto Materno Infantil Prof. Fernando Figueira, n. 11, Recife, 72 pág.

**CARRARA**, Ângelo Alves. *Agricultura e pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ. 1997, pp. 47-49.

**CASCUDO**, Luís da Câmara e seu artigo no *Dicionário do folclore brasileiro Vol. 2*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1969:620.

**CORREIA DE ANDRADE**, Manuel. A Terra e o Homen no Nordeste. Contribuição do Estudo da Questão Agrária no Nordeste, 2005, Recife

**CUNHA**, Euclides da, Os Sertões – A Campanha de Canudos, 37. Edicao, Francisco Alves, Rio de Janeiro, Brasil. 1902/1995.

**BLOCH**, Didier. As Frutas Amargas do Velho Chico: Irrigação e Desenvolvimento no Vale do São Francisco. São Paulo, Livros da Terra, Oxfam, 1996.

**CAVALCANTI**, Josefa Salete. Frutas para o Mercado Global. Estudos Avançados 11(29), 1997.

**GAMA DA SILVA**, Pedro, 2001, Articulação dos Interesses Públicos e Privados no Pólo Petrolina PE/Juazeiro-BA: Em busca de um espaço no Mercado Globalizado de Frutas Frescas. Tese de Doutorado, Universidade de Campinas, UNICAMP, São Paulo

**GÖRG**, Christoph, 2004, Inwertsetzung in: Historisch-kritisches Wörterburch des Marxismus (hrsg.) Wolfgang Fritz Haug Band 6II, Argument Verlag, Seite 1501-1505

**LINHARES**, Maria Yedda, 1998/2000, 9. Edição, História Geral do Brasil. Editora: Campus

**MARCUSE**, Hebert, 5/6 Auflage 1968, Der Eindimensionale Mensch. Studien zur Ideologie der Fortgeschrittenen Industriegesellschaft, Luchterhand Verlag

**MARX**, Karl und **ENGELS**, Friederich Werke. (zit. Als MEW), Das Elend der Philosophie MEW 4 Berlin

**MARX**, Karl. Das Kapital, Kritik der politischen Ökonomie, Voltmedia. 1872

**QUEIROZ**, Maria Isaura Pereira. O Messianismo no Brasil e no Mundo. Editora: Alaomega, 2003

**TAVARES**, Marco Antônio Coelho. Os Descaminhos do São Francisco. Editora Paz e Terra 2005.